



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CLÁUDIA RAFAELA ALVES FERREIRA

**EXISTIRÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E
PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL?**

Caruaru

2022

CLÁUDIA RAFAELA ALVES FERREIRA

**EXISTIRÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E
PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia
Internacional.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^a. Monaliza de Oliveira Ferreira

Caruaru

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu força e coragem para seguir nesta jornada. À minha família, por todo apoio e ajuda na realização dos meus sonhos, sem eles eu não teria conseguido.

Agradeço também aos amigos que estiveram comigo ao longo do curso, por todo apoio e incentivo nos momentos difíceis, tornando tudo mais leve.

Gostaria de agradecer também aos professores do curso de Ciências Econômicas da UFPE/CAA, que em muito contribuíram com seus ensinamentos na minha formação. Agradeço imensamente a minha orientadora, Profa. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira, por toda paciência e dedicação, que me auxiliou e esteve presente quando precisei.

E desde já, também agradeço às valiosas contribuições da banca examinadora, Profa. Dra. Andreza Daniela Pontes Lucas e Profa. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

Existirá alguma relação entre liberalização comercial e proteção social no Brasil?

Cláudia Rafaela Alves Ferreira¹

RESUMO

Em um país em desenvolvimento como o Brasil, torna-se necessário analisar os aspectos econômicos e sociais que melhoram a qualidade de vida daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em analisar a relação de causalidade entre proteção social e liberalização comercial no Brasil. Para isso, são utilizados dados do Social Assistance, do MDIC e do Banco Mundial para os anos de 2004 a 2019, onde se analisam 21 países de renda baixa e média, através de um modelo de painel dinâmico com efeitos fixos. Dentre os resultados obtidos, foi possível verificar que a variável população está diretamente relacionada a maiores gastos com proteção social, evidenciando que um maior contingente de pessoas em países desiguais tem maior necessidade de gastos com proteção social. Também foi possível verificar através do modelo dinâmico que as importações estão associadas à ampliação de gastos em proteção social. Quanto à liberalização comercial, a revisão teórica indica que este pode ser um fator que em crescimento pode trazer malefícios para os países com maiores desigualdades de renda, no entanto, os resultados neste trabalho não foram conclusivos sobre o impacto nos gastos com proteção social. À guisa de conclusão, visando reduzir a desigualdade de renda e taxa de pobreza através da proteção social, faz-se necessário a ampliação de políticas sociais que se ajustem às singularidades dos países.

Palavras-chave: liberalização comercial; crescimento econômico; proteção social.

DATA DE APROVAÇÃO: 04 de novembro de 2022.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: claudia.rafaela@ufpe.br

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 infligiu perdas humanas e impactou pesadamente sobre a atividade econômica. A economia global cresceu 5,7% em 2021, o que já demonstra uma recuperação relativamente ao ano de 2020. Todavia, a previsão “para cima” reflete o investimento e apoio fiscal de grandes economias e a disseminação do uso da vacina, mesmo assim, o nível de incerteza ainda é muito alto, pois as estimativas dependem do controle da pandemia e evolução das condições financeiras favoráveis (FMI, 2021).

Nesse sentido, as questões que envolvem o desempenho do comércio internacional estão no centro dos debates econômicos mundiais. De forma constante, os países procuram entender as mudanças que ocorrem ao longo dos anos, seja pelo elevado grau de competitividade de determinadas nações, seja pela perda de mercado de outras ou ainda pelas mudanças de consumo das populações, agora agravadas pela pandemia. De forma que uma nova estrutura econômica configurará o mercado internacional, que já passou por mudanças que resultaram na ascensão de economias emergentes. Essas economias passaram a ter grande destaque no comércio internacional, fato que acabou mudando as relações comerciais e as posições dos principais países exportadores do mundo. Mas com a nova crise internacional, novas configurações podem surgir (FMI, 2021).

O conjunto de fatores que justificavam o alto desempenho das principais economias mundiais, tais como: i) taxas médias de crescimento elevadas; ii) baixa inflação; iii) dinamismo em regiões que enfrentaram baixos níveis de crescimento, bons resultados das contas externas e expansão do crédito, mudou com a crise de 2008, criando uma nova realidade no cenário internacional que não seria mais baseada no endividamento das famílias, assim como feito nos EUA. Abria-se espaço para economias como a China e os países asiáticos que ganharam lugar como grandes fornecedores de manufaturados (Fligenspan *et al.*, 2015).

Somam-se a essas questões, o debate sobre o aumento da desigualdade de renda, que tem se acentuado nos últimos anos. Embora os anos de crescimento da participação dos rendimentos do trabalho tenham melhorado a posição ao longo da década de 2010, no contexto internacional, o Brasil situou-se em posição intermediária quanto à participação dos rendimentos do trabalho sobre o PIB. Entre os 43 países da base de dados da OCDE, o Brasil situou-se na 31ª posição. Mas do ponto de vista da desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, o Brasil apresentou-se no ranking mundial na posição 156, configurando-se como uma das economias mais desiguais do planeta. Fazendo um recorte regional, a Região Nordeste

apresentou-se como a mais desigual (com destaque para as cidades de Recife, João Pessoa e Aracaju) em contraponto a Região Sul, com menor desigualdade de rendimentos (IBGE 2020).

Entretanto, o Documento de Síntese do Relatório Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2021) defende a importância de um sistema de comércio aberto para sustentar investimento, crescimento e demais benefícios dos últimos anos. Por outro lado, o próprio documento aponta que nem todos os países se beneficiaram dos efeitos da referida Globalização, em razão das distorções intrínsecas, uma vez que o mesmo sistema comercial que estimulou o crescimento econômico durante anos também gerou custos que nem sempre foram observados e hoje enfrenta tensões. A solução desses problemas, segundo o Fundo Internacional, inclui repensar as regras de comércio mundial e a tentativa de quantificar as vulnerabilidades do sistema financeiro. O declínio tão significativo na participação relativa dos países de alta renda incentivou os países exportadores a buscar novos mercados. No entanto, a incerteza decorrente da assimetria de informação é uma das principais barreiras comerciais em novos destinos, a maioria dos quais em países em desenvolvimento e a população está sempre entre os agentes mais afetados com as mudanças na economia.

Tratando-se de abertura comercial, a partir da década de 1990, a maioria dos países de renda baixa e média abriram suas fronteiras aos fluxos internacionais de bens e capitais, porém durante esse processo eles também aumentaram sua exposição a choques internacionais. À medida que barreiras de proteção são reduzidas, as empresas locais e estrangeiras sofrem pressões para aderir a cargas tributárias mais baixas e, conseqüentemente, reduzir suas contribuições para segurança social (Desbordes e Vauday 2007; Huber *et al.*, 2008).

Em contrapartida, outros estudiosos descobriram que países em desenvolvimento expostos a deslocamentos econômicos e sociais decorrentes da liberalização comercial estão mais propensos a fazer transferências para grupos vulneráveis, afim de garantir estabilidade e evitar reações negativas a globalização (Avelino *et al.*, 2005; Nooruddin e Rudra, 2014). Nesse sentido, após a liberalização econômica em países da América Latina, uma série de programas de assistência social foram implementados consistindo em subsídios, transferências de dinheiro para famílias em situação de vulnerabilidade e disseminação de programas de emprego público (Fiszbein *et al.* 2009). No entanto, existem poucas pesquisas até o momento que fornecem informações teóricas ou empíricas sobre as condições sob as quais os países em desenvolvimento podem ampliar seu sistema de proteção social para grupos expostos a condições de vida precárias que coincide à expansão do mercado global (Desai e Rudra, 2018).

A proteção social tem sido apontada como um fenômeno que contém diferentes políticas e programas para mitigar a pobreza e a vulnerabilidade. O objetivo dessas políticas e programas

consiste em fornecer padrões mínimos de vida, como segurança de renda mínima, assistência médica e provisão de segurança contra choques externos. Esses esforços contribuem para o desenvolvimento econômico com ganho de eficiência (Mustafa, Raza e Abro, 2021).

A pesquisa de Irwin (2015) propõe que maior abertura comercial – marcada pelo comércio crescente e barreiras comerciais baixas ou em declínio – tem sido uma característica de praticamente todas as experiências de países em desenvolvimento de rápido crescimento nos últimos cinquenta anos. Observando países como China, Índia, Coreia do Sul, Chile e Vietnã, o autor conclui que a liberalização comercial tem sido associada a um maior crescimento econômico o que poderá levar à maior redução de pobreza.

Em pesquisas que abordam a redistribuição da globalização, se ignora o fato de que muitos países em desenvolvimento têm priorizado a liberalização do comércio agrícola nas últimas décadas e seus efeitos sobre a população pobre. A população rural e pobre cujos rendimentos dependem dos preços dos alimentos estão mais propensos a enfrentar riscos associados a expansão do comércio agrícola. Em consequência, a população das economias agrícolas-exportadoras provavelmente não será amparada pela proteção social na presença de alta volatilidade comercial (Desai e Rudra, 2018).

Diante da relevância do tema e da necessidade de pesquisas que forneçam mais informações sobre a relação entre proteção social e liberalização do comércio, este estudo tem como objetivo analisar a relação de causalidade através do GMM-System, entre os gastos com proteção social e liberalização comercial no Brasil, no período de 2004 a 2019. E sua contribuição recai justamente neste ponto, neste pioneirismo do tema no país.

Além desta Introdução, este trabalho está dividido em mais seis seções. A segunda seção aborda os Antecedentes. A terceira seção apresenta a Fundamentação Teórica, apresentando um breve estado da arte sobre o assunto. A quarta seção apresenta a Caracterização da Economia Brasileira. A quinta seção apresenta a Estratégia Empírica, onde se descreve sobre os dados e método de pesquisa. A sexta seção apresenta os Resultados e Discussão, composta da análise descritiva dos dados e a discussão acerca dos resultados obtidos. Por fim, na sétima seção são feitas as Considerações Finais.

2 ANTECEDENTES

Na primeira subseção é abordada a literatura referente ao processo de liberalização comercial no Brasil, enquanto na segunda discute-se sobre políticas públicas de proteção social no Brasil.

2.1 O processo de liberalização comercial no Brasil

A globalização, um termo abrangente também utilizado para incluir a liberalização do comércio e a integração nos mercados mundiais, é um processo que vem se desenvolvendo ao longo do tempo. Refere-se à intensificação dos fluxos comerciais, através de menor protecionismo e livre circulação de bens e serviços, portanto, o processo de globalização se concretizou em um crescimento eminente do comércio entre países (Campos, 2020).

A primeira metade do século XX foi marcada pelo dinamismo do mercado interno que atraiu investimentos externos para o Brasil. A interdependência entre o investimento externo e o desenvolvimento interno se sustentou na economia brasileira até a Primeira Guerra Mundial. No desenvolvimento brasileiro, reduziu-se progressivamente a importância do comércio exterior como fator determinante do nível de renda, porém ao mesmo tempo aumentou sua importância no processo de formação de capital (Furtado, 1959).

De acordo com Furtado (2002), em 1948, o Brasil apresentava um amplo desenvolvimento do intercâmbio internacional, que culminou numa forte expansão no intercâmbio de manufaturas. Já em 1953, a política cambial implementada para defender os preços do café no comércio internacional provocou uma queda no setor exportador e aumento no setor importador. Dessa forma, foram realizadas transferências de renda do setor agrícola para o setor industrial, assim a expansão cafeeira foi desestimulada.

Na década de 1980, o debate político era centrado nos países industrializados dominados pelas crescentes desigualdades e pelo aumento da concorrência internacional nos mercados domésticos. As políticas comerciais em vários países emergentes ou em desenvolvimento levaram a um aumento nos estudos sobre os efeitos distributivos e sociais do comércio internacional. Até o final da década de 1980, o Brasil tinha um regime comercial restritivo liderado por uma estratégia de desenvolvimento baseada na substituição de importações e na promoção da indústria nacional (Goldberg e Pavcnik, 2004).

A liberalização comercial brasileira iniciou-se efetivamente em 1988, por meio da Comissão de Política Aduaneira. Nesse período, algumas barreiras não-tarifárias foram removidas, incluindo uma redução generalizada das barreiras comerciais e redução da dispersão tarifária (Castilho, Menéndez e Sztulman, 2012). Todavia, não houve impacto significativo sobre o nível de importações brasileiras (Kume, 1988).

O processo de liberalização no Brasil alterou não apenas as tarifas de importação de bens de consumo final, mas também as de bens que são utilizados principalmente como insumos

intermediários e de capital. Portanto, a progressiva abertura da economia brasileira trouxe mudanças na qualidade e nos preços dos insumos das empresas brasileiras (Lisboa *et al.*, 2010).

Conforme Kume, Piani e Souza (2003), com a implementação do Plano Real, a liberalização comercial foi intensificada em decorrência da necessidade de impor maior disciplina aos preços domésticos via ampliação da competição externa. À vista disso, as quedas nas alíquotas do imposto de importação foram antecipadas, resultantes da implementação da tarifa externa comum (TEC) do Mercosul. Segundo eles, a partir de 1994, a condução da política de importações esteve em ascensão com o objetivo de garantir efeitos positivos do plano de estabilização, destinadas à ampliação da abertura comercial. Já no período de 1995-1998, o Brasil sofreu um retrocesso no processo de liberalização das importações, devido ao surgimento de déficits comerciais no final de 1994.

Embora os impactos esperados nas exportações e importações não fossem imediatos, as medidas aplicadas pelo governo brasileiro conseguiram deter a espiral ascendente do *déficit* comercial. Nesse sentido, o grande aumento da liberalização comercial entre 1998 e 2004, deve-se principalmente ao crescimento das exportações, que aumentou durante esse período em quase 10% em comparação com cerca de 4% do coeficiente de penetração das importações (Castilho, Menéndez e Sztulman, 2012).

2.2 Políticas públicas de proteção social no Brasil

O Brasil desenvolveu um conjunto complexo de políticas sociais e econômicas que buscavam superar a fome, a desigualdade e a pobreza. Dentre esses esforços, os mais conhecidos são o conjunto de programas não contributivos de proteção social. No entanto, o país também implementou reformas econômicas que tiveram efeitos cruciais na definição de um caminho para a efetivação dos direitos dos cidadãos. As bases dessas reformas que levaram à implementação das políticas de proteção social estão intrínsecas no processo de democratização que as forças sociais e políticas brasileiras lideraram nas décadas de 1970 e 1980. Em particular, a promulgação da Constituição de 1988 foi um marco crucial para as reformas políticas e sociais que vêm sendo implementadas desde então (Robles e Mirosevic, 2013).

A Constituição de 1988 promoveu a descentralização e a participação social em todos os níveis de formulação de políticas, transmitindo uma característica única à política social no Brasil como expressão da crescente demanda por complementaridade entre democracia representativa e participativa (Barbosa da Silva, Jaccoud e Beghin, 2005; Dagnino, 2002). Frente a isso, foram criados alguns conselhos nacionais de política social, compostos por

representantes da sociedade civil e por instituições públicas que seguem responsabilidades claramente definidas e, em alguns casos, têm poder de decisão para definir as diretrizes e os recursos das políticas (Barbosa da Silva, Jaccoud e Beghin, 2005).

Segundo Vaitsman, Andrade e Farias (2009), ocorreram mudanças abrangentes na área da proteção social nas duas décadas que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988. Dentre as mudanças, destaca-se nas formas de governança, a flexibilização organizacional e ações na formulação e implementação das políticas; e na área da assistência social, a construção de um sistema de proteção de caráter público e universal.

Desse modo, a Constituição refletiu as perspectivas convencionais de bem-estar ao definir o escopo da segurança social e assistência social. Considerando instrumentos de política adequados à implementação da assistência social, o foco estava na provisão para pessoas idosas e deficientes afetadas pela pobreza e privação. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, levou à implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma pensão não contributiva que cobria pessoas idosas e deficientes em situação de extrema pobreza (Barrientos, 2013).

De acordo com Delgado e Cardoso (2000), a Constituição também enfatizou a necessidade de abordar as desigualdades existentes entre as áreas urbanas e rurais do Brasil, inclusive por meio da ampliação de proteção aos trabalhadores do setor agrícola. Em resposta, o governo introduziu a Previdência Social Rural (PSR), que foi um dos planos de seguro social existentes para trabalhadores informais na agricultura. Assim, mulheres com 55 anos e homens com 60 anos que pudessem comprovar ter trabalhado na mineração, agricultura ou pesca como trabalhadores informais teriam direito a uma pensão equivalente a um salário mínimo.

Em relação aos programas de transferência de renda, estes são provavelmente os programas de assistência social mais conhecidos no Brasil, embora, sejam apenas um entre a ampla gama de instrumentos que entraram em vigor como parte do sistema de proteção social (Britto, 2005). No início da década de 2000, alguns programas de transferência de renda de grande relevância surgiram, tais como o Programa Bolsa-Escola do Ministério da Educação, introduzido paralelamente em alguns municípios em 1995 como forma de amenizar a pobreza nas famílias pobres; Bolsa-Alimentação do Ministério da Saúde, introduzida em setembro de 2001, destinada a gestantes e lactantes e com o objetivo de reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil; Auxílio-Gás do Ministério de Minas e Energia, implementado em 2003 para compensar as famílias em situação de pobreza pela liberalização dos preços do gás (Barrientos, 2013; Vaitsman *et al.* 2009).

Ainda em 2003, foi implementado pelo governo federal o Programa Fome Zero para

famílias que viviam em extrema pobreza, com crianças de 0 a 6 anos e/ou mulheres grávidas. O objetivo do programa era a formulação de uma Política de Segurança Alimentar destinada a população brasileira. Foi através dessa política que houve a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), porém o MESA ficou ativo apenas durante um ano, sendo extinto em 2004. Neste ano, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Costa, 2009).

Robles e Mirosevic (2013) dizem que a abrangência desse programa era bastante limitada, pois se concentrava apenas no Norte e Nordeste do país. Foi descontinuado no mesmo ano, já que foi decidido que o Programa Bolsa Família (PBF) iria unificar o Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação do Fome Zero, como uma tentativa de superar a fragmentação da política social. Foi através da criação do MDS, que o país teve condições organizacionais para a integração entre os diferentes programas assistenciais.

Instituído em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) foi responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), que fazia parte do MDS. O programa proporcionou um repasse básico às famílias que viviam em situação extrema pobreza, em que a transferência básica era de R\$70,00 e era voltada para famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$70,00. Em 2007, foi introduzida uma transferência variável de R\$38,00 para adolescentes entre 16 e 17 anos para famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$140,00. No total, as famílias recebiam entre R\$32,00 e R\$306,00, dependendo da renda antes das transferências (Peixoto, 2012).

Além dos recursos financeiros para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o PBF tinha como condicionalidades questões referentes à saúde e à educação. Na área da saúde, o programa compreendia o acesso a ações básicas, como imunização e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil; na área da educação, determinava uma frequência mínima escolar de crianças e jovens de famílias beneficiárias do programa. Além da ação intersetorial, em convênio com as administrações municipais dos dois setores e com o setor de assistência social. Em 2006, o PBF introduziu um serviço de transferência complementar, que foi o subsídio denominado Tarifa Social de Energia Elétrica para famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza, cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), pertencentes ao PBF ou ao Benefício de Prestação Continuada – BPC (Neves *et al.* 2022).

Em vista disso, o Bolsa Família foi considerado um dos maiores e mais bem direcionados programas de assistência social, sendo sua cobertura uma das razões de sua

popularidade, isto porque programas anteriores tinham grandes problemas de focalização². Saad (2015) afirma que o PBF explica um terço do declínio da extrema pobreza, 16% do declínio da pobreza e 17% da redução da desigualdade de renda entre 1999 e 2009, destacando ainda que o PBF aumentou a frequência escolar em 4,4 pontos percentuais, além de promover a nutrição infantil e reforços na vacinação. Em 2021, o PBF mudou de nome e passou a ser chamado de Auxílio Brasil, o programa acabou perdendo as condicionalidades, ainda que tenha aumentado o valor nominal passado aos beneficiários.

Em suma, a Constituição de 1988 teve um papel fundamental ao implementar a assistência social como uma dimensão política distinta, baseada em um princípio de cidadania, e colocou a redução da pobreza sob responsabilidade do governo. Com isso, a assistência social passou a ser percebida como uma necessidade para o avanço de uma renda mínima garantida ou proteção de grupos vulneráveis, estando desde então no centro dos debates políticos sobre o novo desenho de políticas públicas mitigadoras da pobreza no Brasil (Barrientos, 2013).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proteção social encontra fundamentação teórica na ideia de redução de riscos e incertezas que tendem a se mostrar no contexto de expansão dos mercados globais e democracias políticas (Rezende, 2008). Considerando o desenvolvimento econômico e suas possíveis relações com o comércio internacional, entre 1990 e 2010, a fração da população do mundo que vive com menos do que o índice de referência de extrema pobreza de um dólar por dia foi cortado pela metade, revelando uma gloriosa vitória sobre a pobreza. Todavia, os indivíduos que ainda vivem com renda até aproximadamente o dobro da linha de pobreza têm entre quatro e cinco vezes mais probabilidade de voltar à pobreza do que aqueles cujas rendas são superiores (Lopez-Calva e Ortiz-Juarez, 2014).

Por esse padrão, um terço da população mundial vive acima da linha de extrema pobreza, mas enfrenta um alto grau de vulnerabilidade. Embora a renda dos mais pobres do mundo em desenvolvimento tenha melhorado, seus meios de subsistência continuam sendo afetados por riscos econômicos, políticos e ambientais. Neste contexto, a globalização afeta mais os pobres nas economias em desenvolvimento. O debate de décadas sobre os riscos e inseguranças da globalização ainda são insuficientes para levar a uma maior conscientização

² Estrato populacional que deveria receber o benefício, mas não recebia; ou relativo ao grupo de pessoas que não deveria receber, mas recebia o benefício.

das vulnerabilidades enfrentadas por aqueles que estão na parte inferior dos estratos de renda (Desai e Rudra, 2018).

A pergunta central neste debate questiona até que ponto os governos dos países em desenvolvimento auxiliam os mais vulneráveis a lidar com os desafios de integração do mercado internacional. A perda de renda, empregos e benefícios sociais e estabilidade tem acompanhado a reestruturação econômica, bem como os aspectos financeiros e turbulência econômica que interrompem periodicamente a economia mundial, aumentam os riscos de perda de renda para quem está próximo ou na linha de pobreza. Esta discussão permeia a teoria sobre a qual a liberalização econômica seria capaz de gerar transbordamentos econômicos positivos, capazes de reduzir a pobreza das sociedades modernas e globalizadas. De um lado, evidências empíricas têm demonstrado aumento de salários nos países maiores de renda média, mas também têm revelado o aumento das demandas por maior proteção social. O problema verificado consiste no fato de muitas destas políticas não estarem voltadas para o estrato populacional mais vulnerável, ou seja, como esses benefícios são baseados em contratos formais de emprego, na maioria dos casos, a maior parte da força de trabalho nos países em desenvolvimento é frequentemente excluída (Desai e Rudra, 2018).

O Brasil destaca-se na contramão dessas políticas que não beneficiam os mais vulneráveis e apresenta o maior programa de transferência de renda do mundo, que foca na parcela que vive abaixo da linha da pobreza. Dentre os programas de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, consiste na transferência de renda direta para famílias que se enquadram como pobres ou extremamente pobres, com a condicionalidade de matrícula e presença nas escolas por parte das famílias, bem como algumas condicionalidades em relação ao cuidado com a saúde. Trata-se do programa assistencial de maior abrangência no País, atendendo, até setembro de 2019, pouco mais de 13,5 milhões de famílias, com transferências que somam um valor de R\$2,5 bilhões (BRASIL/MDS, 2020). Ressalte-se, todavia, que este valor já foi consideravelmente maior em anos anteriores.

Desse modo, o Governo pretende tornar a população mais propensa a qualificação para ofertar trabalho especializado e promover o crescimento econômico, ao proporcionar maior acesso à educação, além de contribuir para a redução da pobreza extrema e do analfabetismo no País. Evidentemente, sobre o programa também são lançadas críticas de que estes indivíduos são minimamente assistidos, mas colocados à margem do sistema produtivo e comercial, não fazendo parte do mundo globalizado.

Em muitos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), ainda que com coberturas insuficientes e deficitárias, estas economias investem na

dinâmica da política social com ações de proteção aos extremamente pobres em resposta à potencial instabilidade social e política, mas associados a certos tipos de expansão comercial. O comércio de alimentos e agricultura provavelmente será associado ao maior risco para esse grupo, logo o processo de liberalização agrícola vai alcançar segmentos da população rural pobre, como pequenos agricultores, que lutam para competir com a crescente produtividade, tecnologia, demandas de qualidade e padrões fitossanitários de alimentos importadores. Então, alguns governos de países exportadores líquidos de produtos agrícolas estão mais inclinados a estender a proteção social a esses trabalhadores. Essas intervenções podem melhorar a produtividade agrícola, renda familiar, segurança alimentar, controle de riscos e uma variedade de outros resultados. Consequentemente, os pobres nos países que dependem da agricultura para exportar expansão e crescimento podem estar em uma situação muito pior (Desai e Rudra, 2018).

Outro problema que surge da discussão dos transbordamentos do comércio internacional são os efeitos sobre as economias orientadas para a exportação de manufatura. Esses países enfrentam um conjunto diferente de desafios. As exportações são relativamente menos voláteis em termos de preços e menos sazonais, mas grande parte da expansão comercial do setor manufatureiro no mundo em desenvolvimento nas últimas duas décadas gerou empregos em setores de trabalho intensivo, com muitos desses trabalhadores sendo excluídos de programas públicos de proteção social. Essa realidade comum ficou mais evidenciada em países como Índia, Vietnã e Gana, onde a maior parte da geração de empregos a partir do crescimento da manufatura está centralizado na economia informal (Ghani, Kerr, Segura 2014; Aryeetey e Baah-Boateng, 2015; Eckardt, Mishra e Dinh 2018).

E diferentemente das exportações agrícolas, a demanda por manufaturados é muito mais elástica nos preços. Como resultado, tem-se a necessidade de atrair financiamento externo necessário para industrialização, juntamente com pressões para manter impostos mais baixos para a competitividade das exportações (Desai e Rudra, 2018). Essa realidade ilustra parte da economia nordestina e brasileira, onde Polos de Confecções com destaque nacional, são formados por uma grande maioria de trabalhadores da economia informal.

Não à toa as referências são internacionais neste trabalho, uma vez que na literatura nacional os estudos listados foram poucos e alguns em áreas do conhecimento paralelas a economia. No campo jurídico, Supiot (2019) determina que a dita globalização teria tomado o lugar da colonização de outrora e que as regras que organizaram e implementaram a liberalização comercial teriam esquecido o princípio da justiça social; na sociologia, Sallum Jr e Goulart (2016) chamam a atenção para a literatura nacional sobre liberalização econômica,

que estaria relegada a apenas duas visões preponderantes: (i) a vertente que a vê de forma favorável e como um ajuste as necessidades do mercado, que corresponde à visão dos organismos financeiros internacionais; (ii) e a corrente dita crítica, que reduz o reformismo liberal e suas consequências sobre o mundo do trabalho ao neoliberalismo, enfatizando a subordinação do Estado ao capitalismo internacional.

Em última análise, é a redução da pobreza que se busca com a proteção social, mas indiretamente ela vai em direção ao crescimento econômico. Algumas evidências mostram o impacto da proteção social no crescimento econômico em nível microeconômico, pois as transferências de fundos abordam as desigualdades de renda por meio da redistribuição de recursos que leva ao aumento da produtividade dos indivíduos (Alderman e Yemtsov, 2013).

Os gastos com proteção social apresentam vários objetivos econômicos: (i) prover incentivo fiscal no curto prazo, que corresponde aos benefícios relacionados à carga tributária; (ii) aumentar a produtividade microeconômica no longo prazo; (iii) aumentar/diminuir o crescimento econômico no longo prazo (Williams, 2020). Dessa forma, a coalizão de organizações não-governamentais com os ministérios do governo pode ser significativa para o melhor resultado desses gastos com proteção social. Na formação de capital, a proteção social apoia e reduz efetivamente a pobreza e aumenta o crescimento econômico, especialmente no leste da Ásia (Moroz, 2020).

Além disso, a formação de capital ajuda a promover o capital humano afim de aproveitar as mudanças demográficas e tecnológicas de países emergentes de forma que se alcance uma expansão econômica. A vertente neoclássica do comércio internacional considera que o comércio oferece a países emergentes oportunidades para acelerar o crescimento econômico, melhorar o bem-estar e reduzir o nível de pobreza, especialmente quando as principais exportações são produtos de trabalho intensivo, como produtos agrícolas e manufaturados básicos. Com menos barreiras comerciais, o mercado interno é ampliado com base em diversos produtos e opções com melhor preço e qualidade. É muito provável que as empresas exportadoras ofertem empregos para mais trabalhadores pouco qualificados, podendo causar impacto considerável na redução da pobreza (Thang e Nguyen, 2020).

No entanto, o impacto empírico da liberalização do comércio sobre a pobreza está longe de ser estável. Embora o impacto da liberalização comercial sobre a renda seja frequentemente positivo em nível nacional, pode variar entre as regiões de um país (Lei 2019; Popli 2010). Em regiões com maior taxa de setores expostos à abertura comercial, há um maior declínio da pobreza (Kis-Katos e Sparrow 2015; Popli 2010; Mccaig 2011).

Nesse contexto, o comércio pode afetar o bem-estar das famílias por meio do mercado

de fatores através do preço de fronteira, preço de atacado e preço de varejo repassados para as empresas. O efeito depende da elasticidade da oferta de fatores. Assim, determinar a elasticidade da oferta de trabalho é uma pré-condição importante para investigar os efeitos do comércio sobre a pobreza. Apesar do bem-estar obtido pelos mais pobres, a liberalização comercial reduz a receita do governo ao diminuir tarifas, regulamentações de importação e impor perdas às empresas estatais monopolistas. À medida que a receita do governo é reduzida, os gastos com proteção social também podem diminuir e, portanto, desfavorecer a população pobre (Thang e Nguyen, 2020).

Em contrapartida, Winters (2002) revela que mesmo que haja perda de receita, o governo é o principal afetado e não os pobres. A capacidade do governo em distribuir receitas de forma eficiente para campanhas anti-pobreza antes da liberalização comercial muitas vezes não existe. Asghar, Azim e Rehman (2011) investigaram que os objetivos dos subsídios governamentais são promover o crescimento econômico. Por outro lado, os subsídios não-desenvolvimentistas são inadequados para gerar receita pelos governos e não levam ao crescimento econômico. Além disso, o objetivo principal dos subsídios é melhorar o bem-estar social.

Grande parte dos estudos empíricos que determinam a forma que a liberalização comercial beneficia ou prejudica países mais pobres tende a concentrar-se na relação indireta entre liberalização comercial e nível de pobreza, por meio do crescimento econômico (Wright, 2020). Um comércio mais livre está associado a maior crescimento, e maior crescimento está associado à redução da pobreza. Assim, o crescimento reduz a pobreza (Bhagwati, 2004). Porém, teoricamente é possível que os benefícios do crescimento econômico não sejam distribuídos aos segmentos mais pobres da sociedade (Wright, 2020).

Foi constatado que em países com maior abertura comercial a distribuição mais desigual do rendimento gera um aumento de pobreza. Este impacto tem aumentado devido à distribuição enviesada dos rendimentos que ocorre tendencialmente em países que apresentam um maior número de trabalhadores qualificados, favorecendo famílias mais ricas em detrimento das famílias mais pobres (Kraay, 2006).

O World Bank (2015) mostra que a população mais pobre se encontra exposta a um maior número de riscos, sendo às mudanças econômicas, ajustamentos do mercado de trabalho, vulnerabilidade a eventos meteorológicos e a mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, Nogueira (2021) diz que a falta de acesso a segurança social irá limitar a capacidade de mitigar os riscos dos indivíduos, não permitindo que estes adotem estratégias que retirem o máximo de aproveitamento da liberalização comercial.

Na atual situação socioeconômica mundial diante da pandemia da Covid-19, foi necessária uma ampliação de proteção social e adoção de medidas para atenuar o impacto da pandemia na desigualdade e na pobreza. Os governos enfrentaram o desafio de alcançar três grupos de pessoas: trabalhadores do setor formal da previdência social (e seus dependentes), beneficiários de programas de transferência de renda não contributiva existentes e seus dependentes e, finalmente, as famílias cujos membros trabalhavam no setor informal. Todas as nações implementaram algumas medidas para proteger a subsistência dos trabalhadores formais, que incluíram a proibição de demissões, reduções de salários e horas de trabalho e licenças (Blofield, Lustig e Trasberg, 2021).

Argentina, Brasil e Colômbia lançaram programas para subsidiar empregos no setor formal em empresas duramente atingidas pela crise, e o México concedeu empréstimos a pequenas e médias empresas. No Brasil, muitas famílias com perda de renda não se qualificaram para programas de transferência de renda não contributiva existentes, como o Bolsa Família, a assistência social existente foi considerada insuficiente pelo Congresso brasileiro e organizações da sociedade civil. Assim, um projeto de lei que estabelece um novo programa de transferência de renda (Auxílio Emergencial) foi aprovado pelo congresso. Esse auxílio é direcionado a trabalhadores informais de baixa renda, autônomos e já cadastrados no Bolsa Família, que têm direito a receber essa transferência em substituição à transferência regular do Bolsa Família (Blofield, Lustig e Trasberg, 2021).

4 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nesta seção, abordam-se os dados referentes as exportações dos estados brasileiros, bem como os principais dados socioeconômicos das grandes regiões brasileiras. A ideia é caracterizar melhor a região analisada, ainda que o período de análise dos dados não se reflita totalmente nos dados da caracterização, mas faz-se necessário para justificar a escolha da área de estudo.

4.1 Exportações brasileiras

Na obra *A riqueza das nações*, Adam Smith evidenciou que as trocas comerciais traziam benefícios aos países envolvidos. Ele refutou a ideia mercantilista de que apenas um dos países envolvidos na troca comercial se beneficiava. Com a teoria das vantagens absolutas, Smith expôs ideias que incentivavam o livre comércio entre países, assim cada país deveria se

especializar na produção de bens em que tivesse menores custos de produção (Cassano, 2002; Souza e Bittencourt, 2020). Atualmente, as exportações promovem a criação e manutenção de emprego e renda, entrada de divisas e crescimento do parque industrial (ComexStat/MDIC, 2022).

No entanto, no período entre 2012 e 2014, as exportações brasileiras ficaram estagnadas e caíram no ano seguinte. Todavia, convém considerar que em 2016 o Brasil aumentou sua participação no comércio mundial, podendo ser explicado: (i) crescimento mais do que proporcional dos produtos exportados pelo país em relação à média dos produtos e (ii) ganho de competitividade (Nonnenberg, 2018).

Em 2021, as exportações superaram as importações, assim, a balança comercial brasileira apresentou superávit de 61 bilhões de dólares. Ao todo, as exportações somaram 280 bilhões de dólares e tiveram um crescimento de 34% em relação a 2020 (ComexStat/MDIC, 2022). E os principais produtos exportados pelo Brasil em 2021 foram: minério de ferro (US\$ 42 bilhões), soja (US\$ 37 bilhões) e óleo combustível (US\$ 27 bilhões). O minério de ferro foi o principal produto exportado pelo Estado do Pará (US\$ 21,8 bilhões), Maranhão (US\$ 625 milhões) e Rio de Janeiro (US\$ 304 milhões), conforme observado na Figura 1.

Tabela 1 - Principais Destinos das Exportações dos Estados Brasileiros (2021)

| Estado | País Destino | Valor (US\$) |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| Acre | Estados Unidos | 11.381.151 |
| Alagoas | Estados Unidos | 91.260.265 |
| Amapá | Canadá | 93.552.447 |
| Amazonas | Venezuela | 169.457.459 |
| Bahia | China | 2.814.718.448 |
| Ceará | Estados Unidos | 1.457.591.909 |
| Distrito Federal | Emirados Árabes | 66.363.079 |
| Espírito Santo | Estados Unidos | 3.091.232.437 |
| Goiás | China | 3.821.507.694 |
| Maranhão | China | 959.061.867 |
| Mato Grosso | China | 7.046.320.709 |
| Mato Grosso do Sul | China | 3.131.026.190 |
| Minas Gerais | China | 15.912.985.966 |
| Pará | China | 16.922.141.694 |
| Paraíba | Estados Unidos | 25.782.628 |
| Paraná | China | 5.191.844.965 |
| Pernambuco | Singapura | 481.604.942 |
| Piauí | China | 443.837.115 |
| Rio de Janeiro | China | 12.362.829.182 |
| Rio Grande do Norte | Estados Unidos | 76.447.290 |
| Rio Grande do Sul | China | 7.840.151.252 |
| Rondônia | Hong Kong | 134.759.280 |
| Roraima | Venezuela | 244.590.666 |
| Santa Catarina | China | 1.736.632.146 |

| | | |
|-----------|-------------------------|---------------|
| São Paulo | Estados Unidos | 9.215.954.541 |
| Sergipe | Países Baixos (Holanda) | 19.604.432 |
| Tocantins | China | 1.031.906.828 |

Fonte: Elaboração própria, dados do BRASIL/MDIC (2021).

Apesar de ser um importante parceiro comercial e o principal causador do aumento contínuo das exportações brasileiras, a demanda chinesa por minério de ferro e soja indica que as exportações brasileiras são fortemente dependentes deste país. Dessa forma, pequenas oscilações na demanda chinesa são capazes de exercer efeitos negativos nas exportações brasileiras (Souza e Bittencourt, 2020).

Outro importante parceiro comercial das exportações brasileiras é o Estados Unidos, que em 2021 aparece em 2º lugar no *ranking* dos países destinos do produto brasileiro. Os principais produtos exportados são semi-acabados de ferro e óleo combustível, sendo São Paulo o maior exportador para os Estados Unidos.

4.2 Indicadores Socioeconômicos

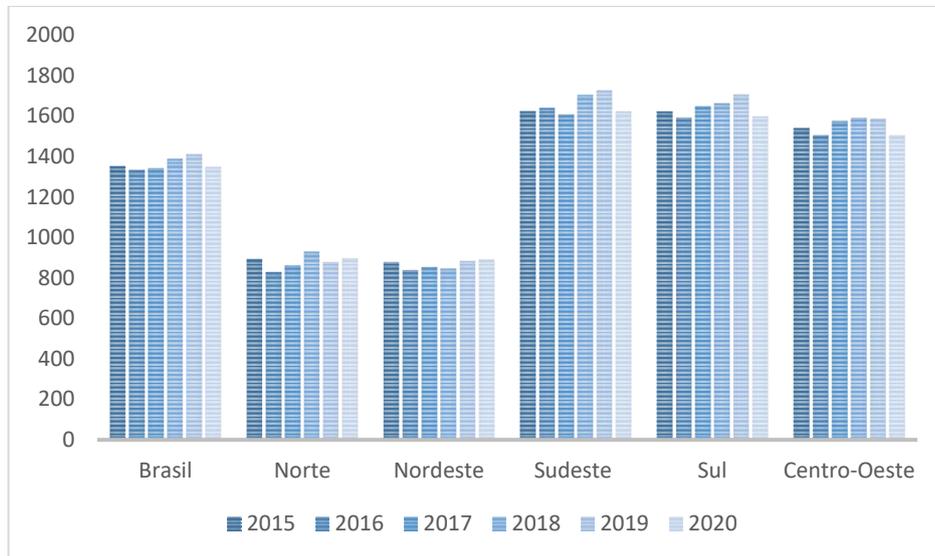
Segundo Jannuzzi (2010), os indicadores sociais são utilizados para planejamento social e formação de políticas públicas nas diferentes esferas do governo. Eles viabilizam a mensuração das condições de vida e bem-estar da população, permitindo o aprofundamento nos estudos sobre fenômenos sociais. Rendimento médio do trabalho, taxas de desemprego, índice de Gini e taxas de mortalidade infantil são indicadores sociais que refletem a dinâmica da realidade social.

No Brasil, a busca por informações sociais se iniciou com a criação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais no IBGE no ano de 1973. O objetivo era refletir a dinâmica da sociedade brasileira em sua totalidade, portanto o conjunto de informações econômicas ajudariam a analisar as condições de vida da população brasileira, além da construção do sistema de contas nacionais que forneceu informações para elaboração da conta de renda. Atualmente, a disponibilidade de dados socioeconômicos permite identificar demandas sociais, pautar agendas políticas e avaliar os efeitos das políticas públicas existentes (IBGE, 2017).

De acordo com as notas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Sudeste apresenta o maior rendimento domiciliar *per capita* médio entre 2015

e 2020, enquanto a Região Nordeste apresenta o menor rendimento, conforme observado no Gráfico 1.

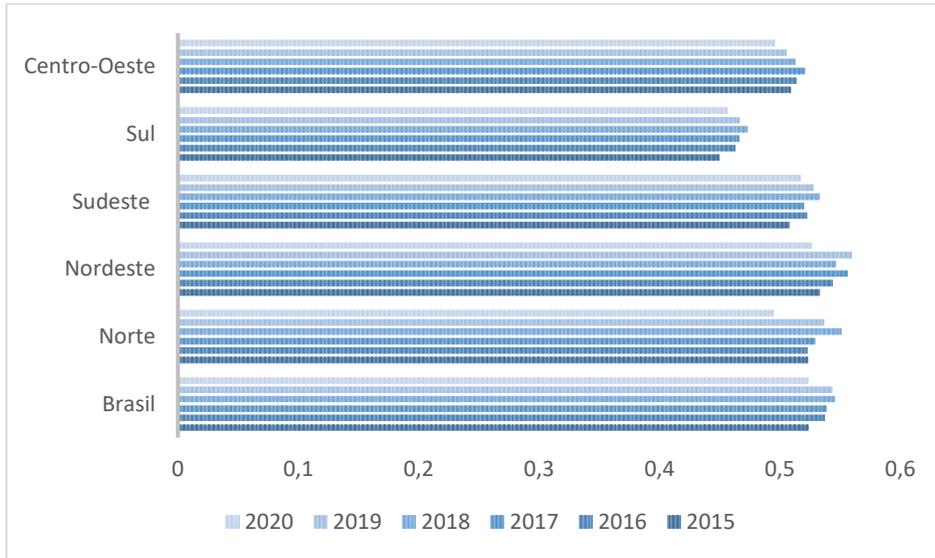
Gráfico 1 - Rendimento Domiciliar *per capita* médio (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria, dados do IBGE (2022).

Em relação à concentração de renda do rendimento domiciliar do Brasil, observou-se um maior declínio do índice no ano de 2019 para 2020, o coeficiente variou de 0,543 para 0,523, sinalizando uma redução da concentração de renda. Entre as regiões, o Sul apresentou o menor coeficiente (0,456) e o Nordeste apresentou o maior (0,526), seguido pelo Sudeste (0,517), indicando uma maior desigualdade de renda nos domicílios em 2020, que em parte pode ser explicada pela pandemia da Covid-19.

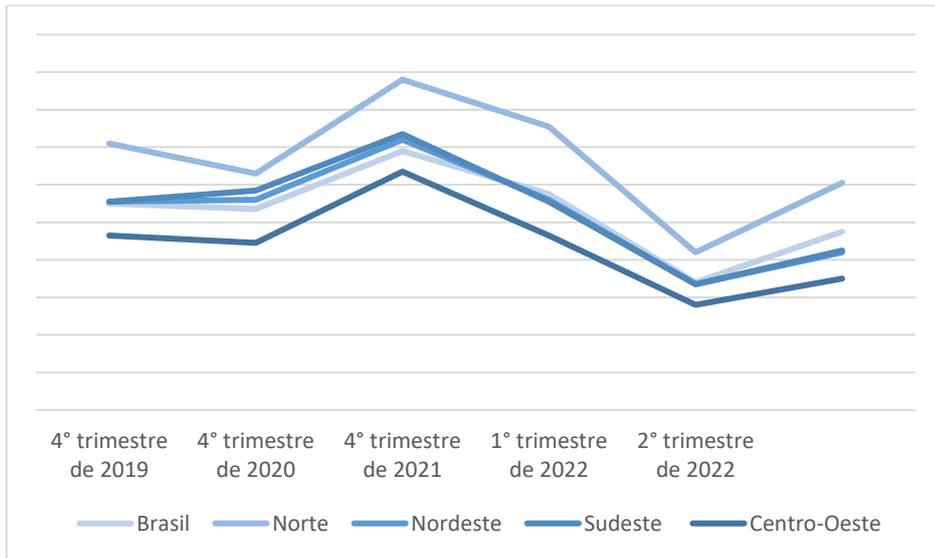
Gráfico 2 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria, dados do IBGE (2022).

No Gráfico 3 é possível observar as taxas de desemprego por trimestre das grandes regiões brasileiras. Neste recorte temporal, pode-se observar que o 4º trimestre de 2021 apresenta as maiores taxas de desemprego, o Nordeste lidera com 17,6%. Em relação à média nacional, esta aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020, a maior da série histórica da PNAD Contínua. Em 2022, a taxa de desemprego apresenta queda nos primeiros trimestres do ano e segundo o IBGE (2022) esse recuo pode ser explicado pela composição setorial do PIB que apresenta maior dinamismo de setores intensivos em trabalho e produção.

Gráfico 3 - Taxa de Desemprego por trimestre das Grandes Regiões



Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD-C (2022).

Desse modo, é importante evidenciar a necessidade nos avanços de dados e estatísticas que ampliem o desenvolvimento e o aprimoramento de indicadores sociais tais como índice de Gini, IDH, taxa de pobreza, taxa de desemprego, entre outros, principalmente para melhor identificar os problemas sociais, causados pelas constantes demandas apresentadas pela população, de modo a eliminar qualquer indício de regresso no sistema de políticas sociais.

5 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Para analisar a relação de causalidade entre os gastos com proteção social e liberalização comercial no Brasil, foi adaptado o modelo de Desai e Rudra (2018) demonstrado na equação (1), dada inicialmente por um painel dinâmico:

$$S_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \ln(X)_{i,t-1} + \beta_2 \ln(M)_{i,t-1} + \beta_3 \ln(Y)_{i,t} + \beta_4 \ln(Y)_{i,t-1} + \beta_5 \ln(P)_{i,t} + \beta_6 \ln(P)_{i,t-1} + \beta_7 R_{i,t-1} + \mu_t \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Em que, S corresponde aos gastos com proteção social, X representa o total de exportações, M é o total de importações, Y representa o produto interno bruto, P é a população e R é a variável de controle, μ é um efeito fixo no tempo que não varia entre países, e ε é uma perturbação aleatória. Utilizou-se somente uma variável de controle, diferindo do modelo original.

Uma visão tradicional do modelo de efeitos fixos é aceitar que o efeito não observado da regressão é o parâmetro a ser estimado para cada observação i . Dessa forma, a maneira de estimar um intercepto para cada observação é introduzir uma variável dummy, juntamente com as variáveis explicativas. Uma das vantagens dessa regressão é que ela calcula diretamente os graus de liberdade (Wooldridge, 2007).

O corte temporal dado para esta pesquisa compreenderá os anos 2004 a 2019, visto que anteriormente a esta data os gastos com proteção social eram muito reduzidos no País. Ademais, este corte atende ao período de liberalização econômica, que no Brasil iniciou-se na década de 1990. A amostra cobre 21 países de renda baixa e média e o painel é desbalanceado, pois possuem informações ausentes para alguns dos períodos analisados.

Para o indicador de proteção social que abrange um número esporádico de anos entre 2004 e 2019, serão utilizados os gastos com programas de transferência de renda que são divididos em assistência social e seguro social. A assistência social são os programas direcionados aos pobres, como a maioria das transferências de renda, provisões em espécie, subsídios e pensões não contributivas. Em contraste, o seguro social são pensões contributivas

e benefícios de saúde e lesões.

O Quadro 1 apresenta as variáveis que serão utilizadas neste estudo, a fonte em que foram obtidos e o sinal esperado da regressão. Com o intuito de estimar a relação de causalidade entre gastos com proteção social e liberalização comercial no Brasil, a variável dependente da regressão é definida pelos gastos com proteção social e as variáveis independentes serão o total de exportações, importações, PIB, população e uma variável de controle definida pelo consumo das famílias.

Quadro 1 - Resumo das variáveis e seus resultados esperados

| Variável | Descrição | Fonte | Resultado esperado |
|---------------------------------|---|-----------------------|---------------------------|
| <i>proteção social defasada</i> | Gastos com proteção social | Social Assistance | + |
| <i>exportações</i> | Total de exportações | BRASIL/MDIC/ComexStat | - |
| <i>importações</i> | Total de importações | BRASIL/MDIC/ComexStat | + |
| <i>pib</i> | Produto interno bruto | Banco Mundial | + |
| <i>população</i> | População total | Banco Mundial | + |
| <i>consumo</i> | Variável de controle (consumo das famílias) | Banco Mundial | - |

Para o estudo dos setores/produtos serão utilizados os capítulos do Sistema Harmonizado (SH). As principais fontes de pesquisa consistirão da Secretaria de Exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC/ComexStat), Fundo Monetário Internacional (FMI), Centro de Estudos Prospectivos e Informações Internacionais (CEPII), Banco de Dados de Estatísticas do Comércio Internacional das Nações Unidas (UNCONTRADE), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Banco Mundial, Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), Cadastro Único (CADU) do Ministério da Cidadania e outros.

Tratando-se da análise de dados em painel, as estimações dos modelos dinâmicos podem se dar através do modelo POLS que ignora os efeitos dos dados em painel e a regressão é estimada através do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), o modelo de efeitos fixos em que o intercepto de cada observação não varia com o tempo, e o modelo Abond que é utilizado para resolver problemas de endogeneidade através do método System-GMM em painéis curtos. Sendo a variável dependente defasada usada como variável explicativa comum neste modelo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas neste trabalho. Observa-se na amostra que a média dos gastos com proteção social ultrapassam 800 milhões de dólares. Para a variável exportações é observada uma média de 171 bilhões de dólares e a média do total de importações é de 132 bilhões de dólares para todos os países analisados. Quanto a média da variável pib, o valor foi de 213 bilhões, enquanto a média da população é de 26,3 milhões de pessoas e a média do consumo das famílias foi de 145 bilhões de dólares.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas das Variáveis

| Variável | Média | Desvio- Padrão | Mínimo | Máximo | Observações |
|------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------|
| <i>proteção social</i> | $8,24 \cdot 10^8$ | $2,08 \cdot 10^9$ | 53848 | $1,14 \cdot 10^{10}$ | 262 |
| <i>exportações</i> | $1,71 \cdot 10^9$ | $3,31 \cdot 10^9$ | 67064 | $2,27 \cdot 10^{10}$ | 335 |
| <i>importações</i> | $1,32 \cdot 10^9$ | $2,70 \cdot 10^9$ | 206 | $1,69 \cdot 10^{10}$ | 336 |
| <i>pib</i> | $2,13 \cdot 10^{11}$ | $4,53 \cdot 10^{11}$ | $1,05 \cdot 10^9$ | $2,62 \cdot 10^{12}$ | 336 |
| <i>população</i> | $2,63 \cdot 10^7$ | $4,60 \cdot 10^7$ | 276516 | $2,11 \cdot 10^8$ | 336 |
| <i>consumo</i> | $1,45 \cdot 10^{11}$ | $2,93 \cdot 10^{11}$ | $7,93 \cdot 10^8$ | $1,58 \cdot 10^{12}$ | 316 |

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software STATA*.

Na observação dos dados, verificou-se que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis. Contudo, ao adicionar a variável de controle, ou seja, o consumo das famílias, a multicolinearidade fica grave. Por esta razão, foram aplicados sempre duas estimações de cada modelo, uma com a variável de controle e outra sem. O Teste de Wald detectou a presença de heterocedasticidade nos resíduos, ao nível significância de 1%. Para minimizar o problema e tornar os resultados mais robustos, utilizam-se modelos com erros robustos. O problema de autocorrelação serial foi corrigido com o método de Cochrane-Orcutt.

Dessa forma, na Tabela 3 são apresentados seis modelos, na qual os dois primeiros referem-se ao modelo de dados agregados (Pols), sendo um sem a variável de controle (1),

consumo, e o outro com a variável de controle (2). Os modelos (3) e (4) referem-se aos modelos de efeitos fixos, uma vez que na comparação com os modelos de efeitos aleatórios foram considerados superiores, sendo o primeiro sem a variável de controle e o outro com a variável de controle. Os modelos (5) e (6) referem-se aos modelos GMM-System (Abond), também o primeiro sem a variável de controle e o segundo com a variável de controle.

Tabela 3 - Resultados da Estimação dos Modelos

| <i>Variáveis</i> | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) |
|----------------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|
| <i>proteção social_def</i> | | | | | 0,375* (0,051) | 0,413* (0,054) |
| <i>exportações</i> | -0,102 (0,100) | -0,083 (0,105) | -0,359 (0,216) | -0,264 (0,215) | -0,179 (0,143) | -0,166 (0,160) |
| <i>exportações_def</i> | -0,032 (0,093) | -0,055 (0,099) | 0,165*** (0,091) | 0,105 (0,094) | -0,032 (0,128) | -0,033 (0,140) |
| <i>importações</i> | 0,009 (0,057) | -0,041 (0,670) | 0,174 (0,116) | 0,077 (0,133) | 0,245* (0,096) | 0,232** (0,101) |
| <i>importações_def</i> | -0,111 (0,083) | -0,076 (0,112) | -0,102 (0,104) | -0,046 (0,125) | -0,055 (0,113) | -0,137 (0,124) |
| <i>pib</i> | 0,647* (0,191) | 2,629 (1,622) | 2,540* (0,775) | 0,264 (2,341) | -0,141 (0,210) | -0,775 (1,176) |
| <i>pib_def</i> | -0,168 (0,628) | -1,364 (2,190) | -1,414 (0,835) | 1,307 (2,068) | 0,680 (0,521) | -0,283 (2,020) |
| <i>população</i> | 0,506** (0,192) | 0,721*** (0,385) | -12,276*** (6,284) | -12,542** (6,255) | 0,536** (0,252) | 0,369 (0,355) |
| <i>população_def</i> | -76,637** | -103,037** | -100,792 | -115,707 | -69,077** | -37,659 |

| | | | | | | |
|--------------------|----------|----------|------------|-----------|----------|----------|
| | (27,733) | (40,930) | (95,438) | (102,844) | (33,963) | (35,873) |
| <i>consumo</i> | | -2,192 | | 2,449 | | -0,855 |
| | | (1,897) | | (2,549) | | (1,213) |
| <i>consumo_def</i> | | 0,790 | | -2,552 | | 0,944 |
| | | (1,994) | | (2,471) | | (1,955) |
| <i>constante</i> | -3,133 | -1,281 | 160,179*** | 163,055 | 6,193*** | 6,007 |
| | (4,474) | (5,372) | (88,808) | (88,325) | (3,577) | (4,856) |
| <i>Obs</i> | 253 | 235 | 253 | 235 | 237 | 220 |
| <i>N.Grupos</i> | | | 21 | 20 | 21 | 20 |

Notas: significância: * 1%, ** 5%, *** 10%.; variável dependente: *proteção social*.

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software STATA*.

Os resultados da estimação dos modelos dinâmicos, que considera a própria variável dependente defasada como variável explicativa, (5) e (6), portanto, mais robustos, evidenciam que o sinal dos coeficientes da variável proteção social foi positivo e estatisticamente significativo a 1%, como era esperado, e entra em conformidade com os resultados encontrados na literatura considerada (Thang e Nguyen, 2020; Bhagwati, 2004; Wright, 2020), indicando que um maior nível de liberalização comercial afeta positivamente o nível de gastos com proteção social no longo prazo. Em contrapartida, em estudo sobre o efeito da liberalização comercial na taxa de pobreza, Topalova (2007) conclui que a liberalização comercial pode levar a uma redução dos gastos com proteção social e aumento da taxa de pobreza em locais onde se concentram as indústrias mais expostas à liberalização no curto prazo.

Convém considerar que a variável de controle, o consumo das famílias, não apresentou significância em nenhum modelo, nem em valores atuais nem com valores defasados, ou seja, nos modelos dinâmicos. E em linhas gerais, sua inclusão piorou os resultados das demais variáveis. De todo modo, esses modelos foram apresentados porque conforme discutido na seção de estratégia empírica, poderia captar a adequação dos benefícios recebidos através de programas de transferência de renda.

Outro resultado do exercício econométrico indica que as exportações não estão associadas com a proteção social dos países. Essa evidência vai de encontro aos resultados apresentados por Desai e Rudra (2018) e também por Panagariya (2019). Mas diferente desses autores, neste trabalho as importações também não estão associadas à variável de proteção social, exceto no modelo (5), mas este é dinâmico, podendo ter comportamento diferente dos modelos estáticos, (1) a (4). A variável PIB também não está associada a maior gasto com proteção social, exceto no modelo (3), o que corrobora com a literatura internacional considerada. Por outro lado, a população é a variável que se mostra diretamente relacionada com os gastos de proteção social. De onde se pode observar um paradoxo, de um lado, um maior contingente de pessoas em um país de grandes desigualdades regionais como o Brasil, aumenta as possibilidades de maior pobreza e necessidade desses gastos com proteção social, o que foi evidenciado neste estudo. Ao mesmo tempo, mais pessoas, pode impulsionar maior população economicamente ativa (PEA), corroborando para uma maior arrecadação tributária, seja via impostos diretos (que dependem da renda) ou através dos impostos indiretos embutidos nos preços dos produtos. Também esse resultado é coerente com a literatura de referência deste estudo, mas não foi verificado aqui.

Todavia, convém considerar que os resultados deste trabalho devem ser vistos com cautela ao se realizar comparações com o trabalho de Desai e Rudra (2018), isto porque a natureza dos dados obtidos por ele foi diferente. Eles trabalharam com dados mais desagregados, o que lhes permitiu verificar relações entre PIB agrícola e não agrícola, além dos diversos tipos de gastos com proteção social, que foram desagregados em pensões, previdência, seguros e outros tipos de benefícios. Neste estudo, as variáveis estão mais agregadas, porém, em linhas gerais, os resultados não destoam daqueles encontrados na literatura, exceto pela variável de controle e pela variável importação, que apresenta significância apenas no modelo dinâmico, uma vez que eles observaram que países com déficits comerciais (importações maiores que as exportações), tenderiam a ter mais proteção social.

Portanto, neste trabalho é temerário afirmar, como o faz parte da literatura de referência, incluindo Desai e Rudra (2018), que a proteção social teria sido afetada pelo crescimento dos países em desenvolvimento, ou seja, a abertura comercial iniciada em muitos desses países na década de 1990 teria prejudicado a proteção social. Na verdade, pela análise empírica deste estudo, pode-se afirmar que não há associação verificada entre essas variáveis, nem positiva nem negativa. Por outro lado, corrobora-se com o argumento da literatura internacional de que ainda que essas nações tenham passado a ter acesso a novos produtos em virtude da liberalização comercial, apenas parte da população realmente teria tido condições de adquiri-

los.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propôs verificar se existe relação entre liberalização comercial e proteção social no Brasil, a partir da aplicação do Modelo System-GMM. Foi possível identificar que um dos fatores relacionados com o aumento nos gastos com proteção social em países de renda baixa e média durante o período analisado foi o total de importações no modelo dinâmico, apresentando comportamento diferente nos modelos estáticos.

O total da população apresentou maior relação com o aumento nos gastos de proteção social, evidenciando que um maior contingente de pessoas em países desiguais tem maior necessidade de gastos com proteção social. Mas também pode indicar que um maior contingente populacional possa levar a uma maior arrecadação tributária, situação não verificada neste estudo.

Já em relação ao consumo das famílias e as exportações, não foram encontradas evidências de associação entre essas variáveis e a proteção social dos países, como afirma a literatura internacional, não neste recorte efetuado para o Brasil no horizonte de tempo considerado. Ainda assim, estudos anteriores relacionados ao tema, reforçam a importância de manter impostos mais baixos para a competitividade das exportações e ampliação da liberalização comercial em benefício da população pobre.

Quanto à liberalização comercial, os resultados neste trabalho não foram conclusivos sobre o impacto nos gastos em proteção social. Contudo, a revisão teórica indica que países mais vulneráveis que fazem parte de regiões com maiores desigualdades de renda podem ter sido afetados negativamente pelos países em desenvolvimento.

Em linhas gerais, os resultados apresentados corroboram com os estudos mais relevantes sobre o tema, enfatizando que essa problemática não é recente e já vem sendo abordada na literatura internacional. Porém, este trabalho utilizou dados mais agregados e para um estudo mais aprofundado sobre o assunto seria necessário utilizar dados em níveis mais desagregados, permitindo verificar diferentes cruzamentos entre variáveis desagregadas, de onde se poderia obter outros resultados ou a confirmação desses.

Diante do que foi exposto neste estudo, fica como contribuição a lição de que nem todos os países que tiveram acesso a novos produtos, através da liberalização comercial, foram capazes de distribuí-los entre toda a população. Visto que a liberalização tem sido associada a choques econômicos e incertezas, que podem colocar grupos vulneráveis em situações

extremas. Portanto, faz-se necessário a ampliação de políticas sociais que se ajustem às particularidades dos países, visando reduzir a desigualdade de renda e a taxa de pobreza através da proteção social.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN, H.; YEMTSOV, R. **How can safety nets contribute to economic growth?** The World Bank, 2013.

ARYEETEEY, E.; BAAH-BOATENG, W. **Understanding Ghana's growth success story and job creation challenges.** WIDER Working Paper 140, Helsinki, 2015.

BARRIENTOS, A. **The rise of social assistance in Brazil.** *Development and change*, v. 44, n. 4, p. 887-910, 2013.

BLOFIELD, M.; LUSTIG, N.; TRASBERG, M. **Social protection during the pandemic: Argentina, Brazil, Colombia, and Mexico** (No. 104). Tulane University, Department of Economics, 2021.

BRITTO T. **Recent trends in the development agenda of Latin America: an analysis of conditional cash transfers.** Brasil: MDS; 2005.

CAMPOS, L. F. **Globalização e desigualdade de renda no Brasil: dimensões, efeitos e assimetrias regionais.** 2020. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2020.

CASSANO, F. A. **A teoria econômica e o comércio internacional.** *Pesquisa & Debate.* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 13, n. 1 (21), 2002.

CASTILHO, M.; MENÉNDEZ, M; SZTULMAN, A. **Trade Liberalization, Inequality, and Poverty in Brazilian States.** *World Development.* Volume 40, Issue 4, 2012, p 821-835,

COSTA, N. R. "**Social protection in Brazil: universalism and targeting in the FHC and Lula administrations.**" *Ciência & Saúde Coletiva* 14 (2009): 693-706, 2009.

DA SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Políticas. Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias.** *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*, v. 1, p. 373-407, 2005.

DAGNINO, E. "**Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites y posibilidades**", em Dagnino (Coord.) *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Brasil*, 369-396, México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

DELGADO, G. C.; CARDOSO, J. C. **A Universalização dos Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000.

DESAI, R.M.; RUDRA, N. **Trade, poverty, and social protection in developing countries.** *European Journal of Political Economy*. doi: 10.1016/j.ejpoleco.2018.08.008, 2018.

DESBORDES, R.; VAUDAY, J. **The political influence of foreign firms in developing countries.** *Economics & Politics*, 19(3), 421–451, 2007.

ECKARDT, S.D.; MISHRA, V.T. **Vietnam's manufacturing miracle: Lessons for developing countries.** *Future Development*. The Brookings Institution, Washington, DC, 2018.

FISZBEIN, A.; SCHADY, N. R.; FERREIRA, F. H. **Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty.** Washington, D.C.: World Bank, 2009.

FLIGENSPAN, F.B. et al. **The Brazilian exports of labor-intensive goods in the 2000s: An analysis using the Constant Market Share Method.** *Economia*. 16(1):128-144, 2015.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Brasil: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GHANI, E.W.R.; KERR, A.; SEGURA. **Informal tradables and the employment growth of Indian manufacturing**. Policy Research Working Paper 7206. World Bank, Washington, DC, 2015.

GUILHERME, G.S.P. **Liberalização comercial e mortalidade infantil: um estudo das microrregiões brasileiras**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Economia (Dissertação de Mestrado), 2019.

HUBER, E.; MUSTILLO, T.; STEPHENS, J. D. **Politics and social spending in Latin America**. *The Journal of Politics*, 70(2), 420–436, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos & Pesquisas, 2020.

International Monetary Fund (FMI). **Growth, Slowdown, Precarious Recovery**. World Economic Outlook. Disponível em w.w.w.imf.org. Último acesso em 27 de abril de 2021.

IRWIN, D. A. **Free trade under fire**. In: *Free Trade under Fire*. Princeton University Press, 2020.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun., 2005.

KIS-KATOS, K.; SPARROW, R. **Pobreza, mercados de trabalho e liberalização do comércio na Indonésia**. *Journal of Development Economics*, 117, 94-106, 2015.

KUME, H. **A reforma aduaneira proposta pela cpa: um primeiro passo para a formação de uma política tarifária**. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 3, n. 15, 1988.

KUME, H.; PIANI, G.; SOUZA, C. F. **A política brasileira de importação no período 1987-98: descrição e avaliação**. *A abertura comercial brasileira nos anos 1990*, Ipea, 2003.

LEI, C. **Consequência não intencional do comércio nos padrões alimentares regionais na Índia rural**. *Desenvolvimento Mundial*, 113, 277-293, 2019.

LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. **A vulnerability approach to the definition of the middle class**. *Journal of Economic Inequality*. 12(1):23-47, 2014.

MCCAIG, B. **Exportando para sair da pobreza: pobreza provincial no Vietnã e acesso ao mercado dos EUA**. *Journal of International Economics*, 85(1), 102–113, 2011.

MOROZ, H. E. **The Role of Social Protection in Building, Protecting, and Deploying Human Capital in the East Asia and Pacific Region**: World Bank, 2020.

NEVES, J. A. *et al.* **The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): A tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil**. *Global Public Health*, v. 17, n. 1, p. 26-42, 2022.

NOGUEIRA, A. R. R. **Será que a abertura ao comércio internacional reduz a pobreza? Uma investigação a nível mundial entre 2002 e 2017**. 2021.

NONNENBERG, M. J. B. **Mudança estrutural e competitividade das exportações brasileiras: uma visão de longo prazo**. No. 2377. Texto para Discussão, 2018.

PANAGARIYA, A. **Free Trade and Prosperity: How Openness Helps the Developing Countries Grow Richer and Combat Poverty**. New York: Oxford University Press, 2019.

PEIXOTO, M. **O Bolsa Família e pobreza no Brasil: 'detalhes' que fazem a diferença**, Tesis de doctorado em Ciencias Sociales. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

POPLI, K. G. **A liberalização do comércio e os autônomos no México**. *Desenvolvimento Mundial*, 38(6), 803-813, 2010.

QUINN, D., SCHINDLER, M.; TOYODA, A. M. **Assessing measures of financial openness and integration**. *IMF Economic Review*, 59(3): 488-522, 2011.

REZENDE, F.C. **Visões "rivais" sobre mudança estrutural e proteção social.** Nova Economia 18(1):35-50, 2008.

ROBLES, C.; MIROSEVIC, V. **Social protection systems in Latin America and the Caribbean: Brazil.** 2013.

SAAD-FILHO, A. **Social policy for neoliberalism: the Bolsa Família programme in Brazil.** *Development and Change*, v. 46, n. 6, p. 1227-1252, 2015.

SALLUM JR, B.; GOULART, J.O. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula.** *Revista de Sociologia e Política* 24(60):115-135, 2016.

SOUZA, K.; BITTENCOURT, G. M. **Avaliação do crescimento das exportações brasileiras de soja em grão.** *Revista de Política Agrícola*, v. 28, n. 4, p. 48, 2020.

SUPIOT, A. **Justiça social e liberalização internacional.** *DESC* (2019) 2(2):45-65, 2019.

TOPALOVA, P. **Trade liberalization, poverty and inequality: Evidence from Indian districts**, 1st ed., Chap. 7, pp. 241–290. University of Chicago, 2007.

Trend Economy. **Annual International Trade Statistics.** Disponível em: www.trendeconomy.com. Último acesso em: 01/07/2020.

VAITSMAN, J., ANDRADE, G. R. B. D.; FARIAS, L. O. **Social protection in Brazil: what has changed in social assistance after the 1988 Constitution.** *Ciência & saúde coletiva*, 14, 731-741, 2009.

VO, T. T.; NGUYEN, D. X. **Impact of trade liberalization on household welfare: an analysis using household exposure-to-trade indices.** *Social Indicators Research*, 153(2), 503-531, 2021.

WILLIAMS, J. **Literature scan on the economic effects of social protection expenditure**, 2020.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna**. 4ª Edição. São Paulo. Norte-Moderna, 2007.

World Trade Organization. **The Role of Trade in Ending Poverty**, World Trade Organization, Geneva, 2015.

WRIGHT W. **How trade openness can help to ‘deliver the poor and needy’**, Institute of Economic Affairs, 2020.

CLÁUDIA RAFAELA ALVES FERREIRA

**EXISTIRÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E
PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 04/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Monaliza de Oliveira Ferreira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Andreza Daniela Pontes Lucas (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco